

AMELIA COHN

Gostaria de acrescentar duas ou três questões relacionadas com as discussões de ontem. A primeira delas é a questão, sempre polêmica, das políticas de combate à pobreza, ou das políticas sociais. Não há dúvida, e a Lena Lavinás é uma das estudiosas que, com grande competência, mais trabalhou sobre as políticas da previdência social baseadas no valor do salário mínimo, aquelas são as mais redistributivas. Portanto, são aquelas que estão inscritas na Constituição como direitos sociais. Os programas de combate à pobreza, do tipo Bolsa-Família, são políticas de alívio imediato da pobreza e nunca pretenderam ser mais do que isso.

As demais políticas, ditas de “porta de saída”, são políticas estruturais de médio e longo prazo, que podem começar agora mas não terão efeitos imediatos. São ainda incipientes e tímidas. E são políticas que dependem fundamentalmente de programas estruturais (e aí a saída é política!) de redistribuição de capital, de bens ativos. Não são políticas de distribuição de renda ou compensatórias.

Qual é o grande problema que a Heloísa Mendonça de Moraes coloca para a área da saúde? É o de que temos todos os instrumentos institucionais para imprimir ao setor uma política universalista, democrática etc., mas isso se defronta com um parque privatista e privado da saúde, de enorme densidade de capital, e que apresenta uma resistência enorme. E se Chico de Oliveira estivesse aqui diria que o velho Marx já havia demonstrado que as bases materiais na saúde impedem que o SUS se implante. É basicamente isso: o parque privado da saúde impede que se implemente uma política universal no setor, apesar de sua institucionalidade.

A respeito da forma de se terceirizar ou não os serviços, problema a que Célia Lessa se referiu – de que seria indiferente a noção do público e de que o domínio público se ampliou hoje, visto que não é só o estatal –, concordo que há que se relativizar essa dimensão. Eu participei da reforma sanitária brasileira e na época confundíamos o público com o estatal. O SUS era serviço estatal; o privado não poderia entrar. E o grande problema hoje, de não sabermos o que é público e o que é privado, é que quando o Estado contrata via terceirização, ele está introduzindo, implantando dentro do serviço público estatal a racionalidade privada. É este o meu problema: a perversidade da racionalidade privada invadindo o serviço público estatal. O serviço público

não é mais porta aberta. Agora, ele vai fazer a seletividade do público como o mercado o faz. E isso vai de encontro à universalização dos direitos. Isto é fundamental que seja destacado.

E por fim, uma última questão, que a Tania Bacelar levantou ontem, a respeito da dimensão política do processo de desenvolvimento: com todas as limitações que possa haver no programa Bolsa-Família, ele confere uma dignidade muito grande aos seus beneficiários, pelas vertentes mais diversas. Por mais irrisório que pareça o valor do benefício para nós, em várias regiões do Nordeste e do Norte esse valor, em um mês, corresponde em termos monetários ao que a família do sertão, por exemplo, não ganharia em um ano, fazendo “bicos”. O Bolsa-Família está, pois, monetarizando a economia. Isto significa várias famílias comerem macarrão pela primeira vez! Significa, em média, para os municípios nordestinos (os dados que eu tenho são de 2007, não sei hoje), 11% a 13% do orçamento municipal.

Qual é a novidade? A novidade é uma injeção de recursos na economia dos municípios que não passam pela mão do prefeito – como passam os da saúde, da educação, da assistência social –, para fazer investimento direto. E isso está dinamizando a economia local. Daí os dados de ontem: na economia do Nordeste, o que a aumenta é o setor de comércio. Foi o que Tania colocou.

Mas quero amarrar essa ideia com uma outra dimensão que Celso Furtado analisou: a dimensão de vincular a técnica à política. Fico muito emocionada e me sensibiliza muito quando os técnicos da Sudene, sobretudo os da velha guarda, mas também os da jovem guarda, revelam a paixão com que continuam lutando pelo Nordeste. Mas também me inquieta o fato de o Nordeste, nos discursos de todos, inclusive frequentemente no nosso, ainda ser um problema do Estado nacional e da sociedade nacional. O Nordeste é um problema brasileiro, sim. É um problema do desenvolvimento brasileiro e do modelo brasileiro, mas também é um problema do Nordeste.

Naquela época de Celso Furtado, o Nordeste estava em efervescência. As Ligas Camponesas estavam aí! E estavam lutando para se inserir no sistema com alto potencial revolucionário. Quais são hoje as forças políticas sociais internas do Nordeste que estão lutando por um novo Nordeste? Celso Furtado nunca descolou a dimensão técnica do desenvolvimento da sua dimensão política, pois ele elaborava ambas no nível nacional e no nível dos governadores, mas, no caso do Nordeste, contando com uma força

política e o movimento social local. Daí a importância de se ter de resgatar com urgência a dinâmica política local. Caso contrário, não vamos conseguir retomar o sonho do Nordeste e do seu desenvolvimento.